

METODOLOGIA

PARÂMETROS
DE CONSTRUÇÃO
DO OBSERVA

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)

Coordenadora da Secretaria Executiva: Miriam Izabel Cordeiro (Pragita)

Coordenadora-adjunta da Secretaria Executiva: Ana Potyara Tavares

Gerente de Programas da Secretaria Executiva: Eduardo Schwarz

Gerente de Comunicação da Secretaria Executiva: Luciana Abade

ANDI - Comunicação e Direitos

Diretora executiva: Miriam Izabel Cordeiro (Pragita)

Diretora administrativa financeira: Ana Potyara Tavares

A ANDI exerce a função de Secretaria Executiva da RNPI no período de 2018 a 2021.

Coordenação do Observa: Diana Barbosa e Thais M. Gawryszewski

Coordenação de pesquisas e desenvolvimento: Veet Vivarta

Estatístico responsável: Luiz Alexandre Rodrigues da Paixão

Equipe da busca ativa dos Planos pela Primeira Infância: Mariana Rodrigues, Natascha Borges, Paula Gratão e Tarcísio Rozendo

Comitê Técnico do Observatório do Marco Legal da Primeira Infância: Eduardo Marino – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Janini Ginani e Silvânia Andrade – Ministério da Saúde; Luanda Botelho – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Maria Thereza Marcílio – Avante - Educação e Mobilização Social; e Willian Wives – Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
ESTRUTURA.....	5
PROCESSO PARTICIPATIVO	8

APRESENTAÇÃO

O Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância é uma plataforma online para consolidação e divulgação de dados e informações relacionados à primeira infância, visando apoiar a incidência sobre os processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, de forma a assegurar prioridade a essa agenda em âmbito local e nacional.

Todo o conteúdo do observatório é referenciado no Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), legislação que inova ao integrar ao arcabouço legal brasileiro o reconhecimento da importância do investimento no período que cobre do nascimento aos seis anos de idade, “em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano” (art.1º).

A plataforma está estruturada segundo três eixos:

- 1. Indicadores**
- 2. Planos pela Primeira Infância**
- 3. Biblioteca**

O Observa é direcionado a gestores públicos e a demais atores envolvidos no ciclo de construção das políticas públicas, incluindo a sociedade civil. A navegação pelos conteúdos dos três eixos oferece suporte para que as iniciativas de incidência técnica e política estejam alinhadas aos princípios e diretrizes definidos pelo Marco Legal da Primeira Infância.

As múltiplas infâncias retratadas pelo Observa estão associadas a cenários que registram diferentes situações de vulnerabilidade – demandando, assim, ações específicas e coordenadas em prol da garantia de prioridade absoluta no atendimento a todas as crianças. Espera-se, portanto, que a plataforma se torne um importante instrumento para a redução das desigualdades, contribuindo para o investimento público responsável na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança, conforme preconiza o Marco Legal.

O presente documento detalha a ficha de metadados e a metodologia utilizada na estruturação do Observa, que envolveu amplo processo de discussão e contou com a participação de gestores públicos e representantes da sociedade civil, de organismos multilaterais e de núcleos acadêmicos.

1. ESTRUTURA

1.1 Eixo “Indicadores”

O Marco Legal da Primeira Infância determina que as políticas públicas para a primeira infância incluam, “necessariamente, componentes de monitoramento e coleta sistemática de dados, avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e divulgação dos seus resultados” (art. 11). O Eixo 1 do Observa oferece insumos para esse monitoramento, apoiando gestores e outros atores sociais com a oferta de indicadores nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação. Os resultados são apresentados a partir de 2016 (quando foi aprovado o Marco Legal) até o ano mais recente encontrado nas bases de dados utilizadas como referência.

Os números disponibilizados pela plataforma permitem identificar contextos de atenção relativos às políticas públicas para a primeira infância em cada um dos municípios brasileiros. Dados consolidados para as unidades da Federação, as cinco regiões e o país como um todo também podem ser acessados.

A seguir conheceremos as cinco premissas metodológicas que orientam a concepção dos indicadores apresentados no Observa.

a) Foco no sujeito de direitos

A unidade de análise é a própria criança, o que permite uma melhor compreensão de suas condições sociais e de seu acesso às políticas públicas. Dessa forma, indicadores comumente divulgados com base em outras unidades de análise – a família, por exemplo –, foram definidos com foco na criança. Para exemplificar: este é o caso do indicador de “proporção de famílias em situação domiciliar de pobreza”, que no Observa foi calculado para apresentar a “proporção de crianças em situação domiciliar de pobreza”.

Nessa mesma lógica, alguns indicadores de estrutura também foram adaptados para dimensionar o acesso

dos sujeitos às instalações – esta é a condição, por exemplo, do indicador sobre acessibilidade, que permite olhar para a criança por meio da “Proporção de matrículas em creches sem recurso de acessibilidade”, e não apenas para as estruturas físicas em si.

b) Recorte etário

O Marco Legal da Primeira Infância define a primeira infância como o período que abrange os primeiros 6 anos completos ou 72 meses de vida da criança. Em função de critérios metodológicos adotados por grande parte das bases de dados utilizadas pelo Observa, os indicadores da plataforma tomam em consideração, como recorte etário, os primeiros 71 meses de vida da criança - o equivalente a 5 anos 11 meses e 29 dias de vida.

A rigor, caso se optasse pelo cálculo relativo à expressão “6 anos completos” deveriam ser contabilizados também os 11 meses subsequentes. Mas após uma ampla discussão, acompanhada e validada pelo Comitê Técnico do Observatório (cujos integrantes serão apresentados adiante), convencionou-se pelo recorte etário indicado acima. Ao priorizar esse critério, portanto, o Observa garante a comparabilidade de seus indicadores com os dados de outras fontes nacionais e internacionais, sem perder a perspectiva conceitual apresentada pelo Marco Legal.

Vale assinalar, entretanto, que alguns indicadores de estrutura e de cobertura de serviços (Cobertura populacional estimada na Atenção Primária, por exemplo) ou cujo conceito implica a definição de recortes etários específicos (Taxa de incidência de sífilis congênita, para cada mil crianças) figuram como exceção a essa regra.

c) Abrangência nacional com foco municipal

Os indicadores alcançam os 5.570 municípios brasileiros e foram calculados de forma a permitir a visualização dos resultados nos três níveis da Federação: União, estados (mais Distrito Federal) e municípios.

Para tanto, foram utilizadas como fonte bases de dados oficiais que consolidam informações municipais disponíveis para as três áreas contempladas pelo Observa: Assistência Social, Educação e Saúde. Diante das especificidades – e mesmo da exclusividade – de certos cálculos propostos para o Observa, alguns dados utilizados no cálculo dos indicadores foram solicitados diretamente aos órgãos responsáveis, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

d) Apresentação de dados desagregados, com foco nas desigualdades

Além das desagregações por nível da Federação, os indicadores apresentam desagregações de cunho socioeconômico: sexo, cor ou raça, idade, renda, entre outros aspectos que permitem olhar além das médias gerais e identificar situações de desigualdade.

As desagregações de cada indicador foram definidas a partir da análise dos seguintes critérios:

- A disponibilidade de informação nas bases de dados;
- A relevância conceitual da desagregação no campo de debate sobre a garantia de direitos para a primeira infância; e
- As características de cada fonte de dados, respeitando as limitações metodológicas.

e) Atenção às propriedades requeridas para a definição de indicadores

Indicadores permitem constituir um retrato de certas dimensões da realidade social a partir da reflexão a respeito da medida operacional dos conceitos analisados. Embora não haja um modelo padrão para a elaboração de um sistema de indicadores, algumas propriedades são essenciais no desenvolvimento e na definição deste tipo de ferramenta.

Como apontado por Januzzi¹ (2001), “um indicador

¹ JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001

social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”.

O processo de definição dos indicadores do Observa esteve ancorado nas propriedades desejáveis para a elaboração de indicadores sociais, a exemplo de:

- Comunicabilidade: indicadores facilmente compreensíveis;
- Confiabilidade: qualidade das fontes de dados utilizadas;
- Desagregabilidade: indicadores referidos à população-alvo;
- Economicidade: custos para obtenção do indicador;
- Inteligibilidade: utilização de procedimentos metodológicos claros e objetivos (transparência metodológica); e
- Relevância: referência a prioridades estabelecidas na agenda governamental.

1.2. Eixo “Planos pela Primeira Infância”

O segundo eixo do observatório confere visibilidade aos Planos pela Primeira Infância, ferramentas estratégicas para a garantia dos direitos das crianças de até seis anos de idade. Os planos são documentos que definem diretrizes, metas e estratégias para as políticas públicas direcionadas à primeira infância, com foco na articulação de diferentes setores da administração pública.

O Observa identifica municípios e estados brasileiros para os quais foi possível confirmar a existência destes planos e disponibiliza os documentos para *download*. Além disso, os entes federativos podem tomar a iniciativa de enviar seus planos, aprovados ou já em implementação, para divulgação no Observa

Este eixo também apresenta os resultados da análise de uma amostra de 100 Planos pela Primeira Infân-

cia das diversas regiões do país. O estudo serve de referência para a qualificação dos processos de formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à primeira infância. A seguir conheceremos dois aspectos principais do processo de construção dos conteúdos deste segundo eixo do Observa.

a) Busca ativa

A identificação dos planos disponibilizados neste eixo foi possível por meio de uma busca ativa organizada em três etapas. A primeira delas consistiu em uma pesquisa exploratória, a partir de registros da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e de buscas na *internet* que informassem sobre a existência de Planos pela Primeira Infância.

O segundo passo foi a consolidação das informações coletadas em uma matriz e o cruzamento de dados oriundos de três fontes capazes de revelar a existência de planos em outras localidades: a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic/IBGE (2014 e 2018); o curso à distância realizado pela RNPI para fomentar a elaboração de PMPIs; e a relação de municípios distinguidos com o Selo Unicef. A partir desse cruzamento foi possível identificar estados e municípios com indícios de existência, em mais de uma fonte, de Planos pela Primeira Infância.

Foi este conjunto de localidades o objeto da terceira etapa da busca ativa, quando contatos diretos com representantes locais passaram a ser realizados, visando confirmar a existência ou não de um plano e solicitar o envio do documento correspondente para *upload* no Observa. Diferentes meios foram utilizados para acessar esses planos, incluindo a articulação com organizações integrantes da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e com as coordenações das Redes Estaduais de Primeira Infância e, também, o envio de e-mails e contatos telefônicos com atores do Poder Municipal. Os resultados desse esforço foram indexados em uma ferramenta de controle, que sistematiza todos os contatos realizados com gestores municipais e o retorno alcançado.

b) Análise de conteúdo dos planos municipais

Uma amostra de 100 planos foi selecionada para a realização de uma análise de conteúdo. Os documentos foram avaliados a partir de um questionário semiestruturado, posteriormente indexado em um programa de tratamento de dados estatísticos. Desenvolvida com base na experiência acumulada pela ANDI durante quase três décadas de monitoramento e análise de conteúdos jornalísticos, o questionário teve como principal objetivo observar o reflexo, sobre a formulação dos PMPIs, das diretrizes estabelecidas pelo Marco Legal da Primeira Infância e pelo Plano Nacional pela Primeira Infância. Vale assinalar que, após sua concepção pela equipe técnica do Observa, esse instrumento foi discutido e validado em reunião que contou com a participação de gestores municipais, representantes de organismos internacionais e organizações que integram a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI).

A análise de conteúdo dos PMPIs foi realizada por uma equipe de pesquisadoras, que preencheu o questionário semiestruturado a partir da leitura de cada um dos planos selecionados, contando ainda com a coordenação e supervisão de pesquisadoras seniores. Para manter a homogeneidade na classificação dos documentos, aplicou-se um procedimento de dupla checagem em 25% do universo sob investigação: um conjunto de PMPIs foi analisado por mais de um pesquisador ou pesquisadora, de maneira a verificar eventuais diferenças no preenchimento do questionário e, assim, alinhar o entendimento em torno de cada questão presente no instrumento de pesquisa.

1.3. Eixo “Biblioteca”

O terceiro eixo do Observa é uma biblioteca que oferece acesso a amplo repositório de materiais sobre temáticas relativas à primeira infância. A biblioteca reúne produções de órgãos governamentais, marcos legais, investigações acadêmicas e estudos elaborados por organizações da sociedade civil, fundações empresariais e instituições de cooperação internacional.

O conteúdo disponibilizado foi selecionado por meio da pesquisa e curadoria de documentos vinculados à primeira infância, contando com a colaboração das organizações da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) no envio de sugestões de obras. Os materiais foram indexados a partir de palavras-chaves que permitem a busca por tema, título, autor e organização.

2. PROCESSO PARTICIPATIVO

O Observa é fruto de um processo colaborativo que envolveu diversos atores. O diálogo com as organizações da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), composta por mais de 200 entidades, gestores, especialistas e pesquisadores está presente desde as etapas iniciais do desenvolvimento do projeto e foi fundamental para alcançar os resultados apresentados na plataforma digital. A presente seção descreve as principais etapas desse processo de construção, destacando os canais de participação e de articulação entre a equipe técnica responsável pelo projeto e seus colaboradores.

2.1 Benchmarking

Uma vez que o Observa exigiu o desenvolvimento de um ambiente virtual, o primeiro passo para sua construção foi a elaboração de um *benchmarking* sobre ferramentas *online* com perfil similar ao definido para o próprio observatório. Nesse sentido, foi realizado o mapeamento de plataformas de indicadores, prioritariamente direcionadas à infância, com o objetivo de identificar funcionalidades e características relevantes para a implementação do projeto.

O *benchmarking* foi elaborado em quatro etapas principais. A primeira delas foi a aplicação de um questionário *online* para os integrantes da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), com o objetivo de levantar informações sobre plataformas já existentes e sugges-

tões de funcionalidades essenciais para a navegação, considerando o conhecimento acumulado pelas organizações da Rede. A segunda etapa consistiu na realização de reuniões com representantes de instituições da RNPI que possuem suas próprias plataformas online. Estes diálogos permitiram ampliar a compreensão da equipe técnica do projeto acerca dos desafios presentes no desenvolvimento e na manutenção da ferramenta, ainda em sua etapa de planejamento.

A terceira etapa envolveu a pesquisa e análise de plataformas digitais de indicadores, com base em uma matriz de análise de conteúdo utilizada para o registro sistematizado de informações de cada uma das ferramentas *online* identificadas. Por fim, os resultados foram consolidados, sendo elencadas recomendações para o futuro desenvolvimento do Observa.

No total, analisou-se 40 ferramentas *online* utilizadas para disponibilização de dados, indicadores e informações, com formato similar ao definido no escopo do projeto do Observa, sendo 32 delas nacionais e oito internacionais. Entre as plataformas analisadas, seis eram especificamente direcionadas à infância ou à primeira infância, enquanto 25 possuíam perfil mais amplo, embora também disponibilizassem dados sobre primeira infância.

O *benchmarking* revelou inúmeros aspectos positivos no âmbito das bases relacionais de indicadores. A navegabilidade acessível, de visualização e manipulação amigáveis, despontou como perfil desejado para o Observa, levando a que a simplicidade e a objetividade se tornassem suas características definidoras.

2.2 Oficina de trabalho sobre indicadores

Entre os desafios presentes na implementação de um projeto com as características do Observa está a delimitação de seu escopo e a definição de prioridades na seleção das informações a serem disponibilizadas. Nesse sentido, foram realizadas atividades para fomentar o debate em torno do Marco Legal da Primeira Infância e sua interface com os indicadores e com os demais conteúdos propostos para a plataforma.

Entre tais atividades, destaca-se a oficina de trabalho com especialistas, gestoras e gestores de políticas públicas e organizações de referência na produção de indicadores.

A oficina foi realizada em Brasília, nos dias 15 e 16 de maio de 2019, e contou com 43 participantes. Entre os objetivos do encontro estavam estimular a contribuição para os painéis de indicadores de Saúde, Educação e Assistência Social; ampliar a sinergia entre atores que seguiriam acompanhando o desenvolvimento do Observa; e gerar alinhamento mais preciso com relação às informações a serem disponibilizadas pela plataforma.

A discussão se baseou em um documento preliminar, que agregava indicadores clássicos para a primeira infância e sugestões de novos indicadores elaborados pela equipe técnica do Observa a partir de bases de dados oficiais. Todos os indicadores apresentados na reunião tiveram como fundamento metodológico a existência de relação evidente com o Marco Legal da Primeira Infância e com o Plano Nacional pela Primeira Infância.

A reunião foi dividida em dois momentos. O primeiro consistiu na análise individual dos indicadores, realizada por meio de um mapa de calor. O grupo de especialistas classificou os indicadores apresentados no documento preliminar segundo três categorias: indicador adequado; indicador possível de se utilizar, mas com ressalvas; ou indicador que não se aplicava ao projeto. Além disso, a metodologia permitia consolidar as ressalvas e as observações sobre cada indicador.

No segundo momento da reunião, realizou-se debate em plenária a partir das informações coletadas no mapa de calor dos indicadores, tendo sido discutidos os resultados alcançados para cada indicador, bem como as observações relacionadas a ele. Além disso, foram consolidadas sugestões de indicadores para as três áreas do Observa.

Representantes das seguintes organizações participaram da oficina de trabalho sobre indicadores: Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Controladoria-Geral

da União (CGU); Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPES) do Ministério da Saúde; Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica do Ministério da Educação; Fundação Bernard van Leer; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; Instituto Alana; Instituto da Infância (IFAN); Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco); Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI); Porticus; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania; Secretaria de Articulação e Parcerias do Ministério da Cidadania; Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania; Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério da Cidadania; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); e Universidade de São Paulo (USP).

2.3 Consulta com integrantes da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)

A construção do Observa passou por outro importante momento de diálogo para a seleção dos indicadores, quando foi realizada consulta a todos os membros da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). Para esse fim, foi elaborado documento consolidando os resultados da oficina de trabalho com especialistas. A partir dele, os integrantes da RNPI puderam apresentar suas contribuições aos indicadores previamente selecionados para a plataforma e sugerir novas abordagens.

O documento enviado descrevia os indicadores em sua versão preliminar, considerando, entre outros aspectos, o conceito e a justificativa relativos a cada um deles. Também apresentava uma sistematização dos encaminhamentos da reunião realizada com os especialistas e uma síntese das discussões travadas sobre as três áreas cobertas pelos indicadores: Saúde, Educação e Assistência Social. Os comentários e

sugestões enviados pelos membros da RNPI foram devidamente consolidados e os indicadores seguiram em processo de qualificação.

2.4 Reuniões setoriais com gestoras e gestores públicos

A versão final dos indicadores que integram o primeiro eixo do Observa contou ainda com a colaboração de gestoras e gestores federais de políticas públicas e das bases de dados das áreas de Assistência Social, Educação e Saúde. Esse grupo de especialistas participou de reuniões setoriais que permitiram o melhor alinhamento entre os indicadores propostos e o desenho das políticas públicas para a primeira infância referentes a cada uma das três áreas.

Nesses encontros foram discutidos o método de cálculo, as variáveis utilizadas, a fonte de informação e a pertinência de cada indicador para o Observa. O diálogo com o grupo de gestoras e gestores foi fundamental para garantir representatividade dos indicadores no diagnóstico da primeira infância e para subsidiar um acompanhamento mais preciso dos diversos aspectos relacionados ao Marco Legal da Primeira Infância.

Conheça a relação dos órgãos e profissionais participantes das reuniões setoriais:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 - Diretoria de Pesquisas: Luanda Botelho – Coordenação de População e Indicadores Sociais.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
 - Diretoria de Estatísticas Educacionais: Rachel Pereira Rabelo e Ana Gabriela Gomes Aguiar – Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação.
- Ministério da Cidadania
 - Secretaria Nacional de Assistência Social: Marcos Maia Antunes, Paulo Clemente, Mar-

co Rodrigo Carvalho Silva e Thiago Silvino Rocha Oliveira – Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social; e Maria Carolina Pereira Alves e Raissa Santos Oliveira – Departamento de Proteção Social Especial.

- Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância: Ricardo Rodrigues Dutra e Ivanise Adriane Horn – Departamento de Atenção à Primeira Infância.
 - Secretaria de Gestão da Informação: Marta Battaglia Custódio - Gabinete da Secretaria de Gestão da Informação.
- Ministério da Saúde
 - Secretaria de Atenção Primária à Saúde: Janini Ginani e Silvânia Andrade – Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.

2.5 Comitê Técnico de Acompanhamento

A definição de indicadores efetivos, que dialoguem diretamente com o Marco Legal da Primeira Infância e com o Plano Nacional pela Primeira Infância, representou uma etapa estratégica para que o Observa pudesse alcançar seus objetivos. Nesse sentido, além das etapas acima citadas, foi criado um Comitê Técnico de Acompanhamento do Observatório do Marco Legal da Primeira Infância. Composto por representantes de organizações com reconhecida capacidade nas áreas prioritárias para o Observa, o comitê constitui-se como uma instância de debate e validação das decisões relacionadas à produção de dados e de documentos técnicos. Integram o Comitê as seguintes instituições:

- Avante – Educação e Mobilização Social, representada por Maria Thereza Marcílio, Presidente e Consultora Associada Fundadora;
- Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde, representado por Janini Ginani, Coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, e por Silvânia Andrade, Tecnologista;
- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, representada por Eduardo Marino, Diretor de Conhecimento Aplicado;

- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), representado por Willian Wives, Oficial de Monitoramento e Avaliação; e
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), representado por Luanda Botelho, Pesquisadora da Coordenação de População e Indicadores Sociais.

O comitê acompanha as atividades do Observa e participa de suas decisões estratégicas. Entre outras ações, foi responsável pela definição do recorte etário adotado nos indicadores, pela validação do conjunto de indicadores e pela validação do questionário de análise de conteúdo dos Planos Municipais pela Primeira Infância.



Realização



Parceria



Patrocínio

